preender como as crianças pensam, desejam, fazem teorias ou nos introduzem em seus caminhos emocionais [..] é uma condição para não destruir a cultura infantil, e sim respeitá-la" (HOYUELOS, 2004,p. 81). Dessa maneira, por meio da observação podemos obter processos do fazer e do conhecer, para entender o mundo à volta da criança, como um desafio de se interpretar o que observa, tendo como base o ponto de vista da criança. "Aceitar a observação como uma interpretação entre todas as interpretações possíveis significa deixar de realizar julgamentos classificatórios inúteis" (HOYUELOS, 2004, p.143). Portanto, concordamos que torna-se desnecessário classificar os bebês e crianças em níveis, e sim respeitá-los em seu tempo e ritmo e em sua integralidade, sem avançar etapas inúteis e que não agregam ao desenvolvimento dessas crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGÁFICAS


BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2010.

FOCHI, P. Afinal, o que os bebês fazem no berçário?: comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto da vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

HOYUELOS, A; RIERA, M.A. tradução VILLAR, B.H.S. Complexidade e relações na Educação Infantil. 1.ed. São Paulo: Phorte,2019.


# EDUCAÇÃO ESPECIAL: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL


MÔNICA CATÃO DE LIMA.



**RESUMO**:

O presente trabalho aborda uma reflexão sobre a importância da inclusão com a criança autista na educação infantil. Percebe-se nos tempos atuais o quão são difíceis lidar a respeito da inclusão com a criança autista na educação infantil. Pois o autismo vem cada vez mais sendo o foco de estudos na atualidade, porém apresenta um distúrbio no indivíduo durante toda a vida, entre ele estão associado a intenção social e o meio da comunicação, acompanha-se sintomas como o comportamento que são observados no início da infância aos três anos de idade da criança. Para alcançar os objetivos da pesquisa, e conseguir as informações e dados necessários, será indispensável à utilização de alguns procedimentos, que é a consulta bibliográfica qualitativa, pois é necessário obter embasamento teórico a fim de aprofundar sobre o tema escolhido como, por exemplo, em livros, destacamos: Saviani (2007); Duarte (2019); Freire (2008). Conclui-se que apesar das poucas experiências comprovadas, a bibliografia sobre o tema auxilia sobremaneira aos professores na condução do processo de inclusão dos alunos com autismo no universo pedagógico determinado.



**PALAVRAS-CHAVE:** Autismo; Inclusão; Escola; Educação Infantil.

**ABSTRACT**:

The present work addresses a reflection on the importance of inclusion with the autistic child in early childhood education. It is noticed in current times how difficult it is to deal with the inclusion of autistic children in early childhood education. Because autism is increasingly being the focus of studies today, but it presents a disorder in the individual throughout life, among which are associated with social intention and the means of communication, accompanied by symptoms such as behavior that are observed in the early childhood to the child's three years of age. In order to achieve the research objectives, and obtain the necessary information and data, it will be essential to use some procedures, which is the qualitative bibliographic consultation, since it is necessary to obtain a theoretical basis in order to delve deeper into the chosen topic, as for example in books we highlight: Saviani (2007); Duarte (2019); Freire (2008). It is concluded that despite the few proven experiences, the bibliography on the subject greatly assists teachers in conducting the process of inclusion of students with autism in the given pedagogical universe.

**KEY WORDS**: Autism; Inclusion; School; Child education.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a importância da inclusão com a criança autista na educação infantil. Percebe-se nos tempos atuais o quão é difícil lidar a respeito da inclusão com a criança autista na educação infantil. Pois o autismo vem cada vez mais sendo o foco de estudos na atualidade, já que é um distúrbio que permanecerá com o indivíduo durante toda a sua vida. Com ele, estão associados a interação social e a comunicação, acompanha-se sintomas como o comportamento que são observados no início da infância , podendo ser diagnosticado a partir dos três anos de idade da criança.

O trabalho traz como problemático o porquê de nos dias de hoje o autismo ainda enfrenta grandes desafios para serem incluídos e como lidar com eles na educação infantil. E tem como objetivo geral, compreender os desafios e possibilidades no processo da Inclusão e a aprendizagem dos autistas na Educação Infantil. E como objetivo específico, contextualizar o autista dentro da sala de aula. Apresentar a importância dos pais no desenvolvimento escolar e da sociedade com f a inclusão do autismo na educação infantil.

O trabalho foi desenvolvido com o intuito de chamar a atenção para um breve conceito do tema com a relação dos professores no ensino da educação infantil as dificuldades que se encontra ainda nos tempos de hoje de compreender e os desafios que os educadores têm em incluir o aluno autista em sala de aula. Utilizaremos assim, a metodologia bibliográfica com a finalidade de proporcionar maior contato com o problema a fim de torná-lo mais compreensível.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, e conseguir as informações e dados necessários, será indispensável à utilização de alguns procedimentos, que é a consulta bibliográfica, pois é necessário obter embasamento teórico a fim de apro-

fundar sobre o tema escolhido como, por exemplo, em livros, destacamos: Saviani (2007); Duarte (2019); Freire (2008).

De acordo com Gil (2002, p. 44) "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas". O presente trabalho é justificado pela importância da inclusão de criança autista que ainda não abrange toda a instituição de ensino, pelo fato de não ter professores especializados que não se encontram preparados para lidar com situações na sala de aula.

## 2. CONCEITUANDO O AUTISMO

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento que vem sendo estudado pela ciência há quase seis décadas no âmbito da ciência, mas ainda há divergências e diversas questões por responder. (CAVALCANTI; ROCHA, 2007).

Há dezoito anos, quando surgiu a primeira associação para o autismo no país, era exatamente conhecido por um pequeno grupo de pessoas entre elas poucos médicos, alguns profissionais da área de saúde e alguns pais que haviam sendo surpreendidos com o diagnóstico de autismos em seus filhos.

Atualmente, embora o autismo seja bem mais conhecido, e tendo inclusive surpreendido pela diversidade de características que pode apresentar e pelo fato de, na maioria das vezes, a criança que apresenta e tem o diagnóstico de autista pode apresentar uma aparência totalmente normal. (CAVALCANTI; ROCHA, 2007).

Ultimamente, não só vem aumentando o número de diagnósticos, como também estes vem sendo concluídos em idade cada vez mais precoce, dando a entender que, por trás da beleza que uma criança autista, aparece o fato de o autismo ser um grande problema de tantas faces, e as suas questões fundamentais vêm sendo cada vez mais reconhecidas com mais facilidade por um número maior de pessoas.

O autismo intriga e angustia as famílias nas quais se impõe, pois a pessoa portadora do autismo geralmente tem uma aparência harmoniosa e, ao mesmo tempo, um perfil irregular de desenvolvimento com bom funcionamento em algumas áreas enquanto outras se encontram bastante comprometidas.

A criança com diagnóstico do autismo apresenta dificuldade na capacidade de comunicação de sinais e bloqueios, de expressar ideias e sentimentos, ou seja, afeta também a parte de interagir com outra pessoa e apresenta movimentos repetitivos, além de serem seletivos e sensíveis.

De acordo com Cunha (2014, p.32) "A educação nas escolas inclusivas, independentemente do grau de severidade, deve ser vivenciada individualmente na sala de recursos e na sala de ensino comum, favorecendo a sociabilidade, porque incluir é aprender junto", evidenciando a importância de esclarecer que a educação nas escolas como no ensino regular ou infantil não deve ter diferenças, e sim ter uma educação centrada em não excluir o aluno que é portador. A inclusão deve ser feita na sociedade e nas escolas porque o sujeito pode apresentar o diagnóstico do

autismo e ser excluído em salas de aula por indiferença.

A inclusão de alunos autistas no ensino infantil ou regular traz grandes desafios: no espaço escolar, os professores têm muita dificuldade em lidar com alunos autistas nas salas de aula por faltar estrutura, treinamento e material adequados.

## 3. ENTENDENDO A INCLUSÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Antigamente, a economia do país se fundamentava nas atividades de produção e de comércio agrícola, pecuária e de artesanato, a sociedade se dividia em dois agrupamentos: a nobreza e os povos. A nobreza era os senhores que detinham o poder social, político e econômico e o povo aqueles que eram considerados seres inferiores, indignos de conviverem na sociedade, dependentes economicamente e propriedades dos nobres.

Neste mesmo período, era utilizado o termo estigma para pessoas que tinham sinais corporais que evidenciavam algo de extraordinário ou ruim sobre o status moral delas. Goffman (1988) relata que "os sinais eram feitos com cortes ou fogo pelo corpo que a denunciavam como sendo do escravo, criminoso ou traidor" (p.11), colocando-os assim, em destaque e consequentemente sendo excluídos da sociedade.

O papel desempenhado pelos povos era de produzir e aos nobres de consumir o que era produzido. O homem tinha seu valor na medida em que produzia para a realização dos desejos e necessidades de seus donos, os nobres. Neste contexto a pessoa com deficiência não tinha espaço e "era exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral" (ARANHA, 2000, p.8).

O clero vem a assumir maior poder social, político e econômico tomando para si a guarda do conhecimento já produzido e armazenado, conquistando assim o domínio da nobreza e passando a comandar toda a sociedade. O papel do povo, no entanto, não se modifica, e a ele cabe o trabalho, seja na produção de bens e serviços ou na constituição dos exércitos para o enriquecimento do clero e da nobreza, sem a possibilidade de participar dos processos decisórios e administrativos da sociedade.

Os deficientes neste período eram considerados criaturas de Deus, mas ignoradas à própria sorte, pois dependiam da caridade e boa vontade dos outros para sobreviver. Alguns deles eram aproveitados da mesma forma que na Antiguidade, como fonte de diversão, bobos da corte ou material de exposição em circos.

Surge, no século XIII, o Paradigma da Institucionalização, com a criação de instituições para abrigar deficientes mentais, com uma preocupação acentuada na sobrevivência e nos bens que possuíam.

A educação neste período apresenta duas vertentes de objetivos, a religiosa, que visava formar elementos para o clero e outra, com objetivos mais específicos, dependendo dos valores assumidos pela sociedade, que formava homens para irem a guerra ou para as artes. Neste modelo de sociedade dois processos se instalaram, a Inquisição Católica e a Reforma

Protestante.

A Reforma Protestante questionava a supremacia eclesiástica do papa, propiciando a instauração das igrejas protestantes. A principal consequência desta reforma foi à transferência da escola para as mãos do Estado nos países protestantes e, a partir deste momento, as escolas ensinavam a ler, escrever, aritmética básica, catecismo, culturas clássicas, matemática e ciências.

3.1. Conhecendo melhor o autismo e suas especificidades

Entende-se que o Autismo é considerado um distúrbio do cérebro, que compromete as habilidades de comunicação e expressão, afetando a criança autista com atitudes estranhas. De acordo com Mello (2007, p.16), o autismo é "Definido como uma síndrome por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e na imaginação". Manifestada de formas diferentes dificultando a racionalidade sobre alguma coisa. Atitudes persistentes que impossibilitam que a criança autista em seu dia a dia tenha um bom desempenho precisando assim de intervenção para ajudá-lo.

Observa-se que transtorno global do desenvolvimento surge desde a primeira fase da criança e estende ao longo de sua existência. Essa anormalidade no cérebro é apontada por razões desconhecidas, o que dificulta conhecer a causa raiz. Por isso que a psicologia tem levantado hipótese e investigação acerca dos problemas neurológicos que acontece com a criança com autismo por meio de estudos. Para Mello, (2007. p.17):

As causas do autismo são desconhecidas. Acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda ocorridas durante a gestação ou no momento do parto. Não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética.

O Autismo foi identificado como transtorno em 1943, por um psiquiatra chamado Leo Kanner. Até então não se via o autismo como uma síndrome, se achava que era uma manifestação de esquizofrenia até Kanner identificar como um transtorno separado. Kanner escreveu seu artigo baseado em três características básicas que são prejuízos em: Sociabilidade e relação com as pessoas (comunicação), comunicação e linguagem (interação) e flexibilidade mental e comportamental (repetição).

Kanner em sua pesquisa aprofundou seus conhecimentos e contribuiu de forma relevante para uma melhor compreensão acerca do transtorno, identificando com clareza características e evitando que fosse confundida com esquizofrenia. Com um entendimento melhor do transtorno, é possível uma parceria com os profissionais de saúde, professores e familiares para que juntos decidam a melhor maneira de compartilhar informações que contemple as necessidades do autista e haja êxito no método aplicado, voltado para as necessidades do aluno com autismo.

Os autores Bleuler apud Durval (2011, p.7) declaram que: "o Autismo é o desligamento da realidade combinado

com a predominância relativa ou absoluta (...) o mundo do autista é tão verdadeiro como o mundo real, ainda que por vezes outra realidade". Percebe-se que a criança com autismo cria seu próprio mundo, não dando espaço para superar os obstáculos. Keinert e Antoniuk (2012, p. 41) afirmam que "a única característica que será comum a todos os indivíduos com Espectro Autista, mesmo que em graus variados, será a qualidade na interação social". Ou seja, o autista fica mais isolado das demais crianças, não consegue ficar parado, fica gesticulando o tempo inteiro com movimentos repetitivos, não gosta de barulho, não consegue se expressar corretamente, além da dificuldade em se comunicar.

As crianças com autismo apresentam diferenças comportamentais desde muito cedo; já nos primeiros anos de vida essas diferenças são evidentes. São diferenças sociais, diferenças de comportamento e interesses, comportamentos repetitivos e interesses restritos, diferenças na comunicação, atraso na fala, mas também um atraso na intenção comunicativa.

Se queremos mudar a qualidade de vida dessas crianças que estão

apresentando sinais do transtorno do espectro do autismo, a intervenção precisa ser intensiva, abrangente e muito precoce. Precoce porque deve começar antes dos três anos de idade; intensiva, porque o método de ensino ABA propõe que ela deve ser feita 20, 40 horas semanais; e abrangente porque devemos abordar aspectos do desenvolvimento motor, fala, do desenvolvimento social, de habilidades pedagógicas, do brincar dessa criança, de atenção concomitante de atividades de vida diária, ou seja, todas a concepção de desenvolvimento da criança.

A diversidade humana é inegável, mas a escola – embora seja um espaço sociocultural onde diferenças naturalmente coexistem – nem sempre reconheceu sua existência ou a considerou em sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico; sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, fundado e "justificado" no postulado de que classes homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem.

Assim, historicamente, a escola se caracterizou pela visão de educação que delimita a escolarização como privilégio de determinados grupos, legitimando um processo de exclusão por meio de suas políticas e práticas educacionais, que reproduzem a ordem social. Temos a necessidade e o dever de repensar e defender a escola como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos aqueles que não são alcançados.

Assim, a premissa fundamental do movimento de inclusão é proporcionar educação para todos. Visto que o direito à educação do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos é um direito constitucional, esse processo inclusivo ainda é muito diferente do que é proposto na legislação. O que constatamos é que na comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a atual proposta educacional ainda não oferece ou garante condições satisfatórias para ser considerada como efetivamente inclu-

siva. No entanto, são necessárias maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados e uma gama maior de possibilidades de recursos educacionais.

4. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

Neste sentido, a Sala de Recursos Multifuncionais é organizada como espaço para a oferta do Atendimento Educacional Especializado, elaborando estratégias, recursos e contribuindo na organização da rotina, a qual favorecerá a compreensão e a comunicação da criança com os seus pares no ambiente escolar. Para tanto, de acordo com a legislação vigente, uma das atribuições do AEE é identificar as necessidades específicas e elabora um plano de acordo com as especificidades de cada criança. Na execução do plano de AEE, será necessária a articulação entre os profissionais do ambiente escolar e da família a fim de observar a funcionalidade e a aplicabilidade utilizada no desenvolvimento do plano para a criança.

A questão da Inclusão é, sem dúvidas, algo mais grave que as situações encontradas nas escolas, pois existe uma conjuntura de problemas sociais que os alunos especiais têm que enfrentar. Por isso, nossa proposta é identificar os desafios existentes nas escolas e tentar aperfeiçoá-los para que exista uma verdadeira efetivação da legislação.

Segundo a autora Maria do Carmo Menicucci “a inclusão escolar significa garantir mais do que apenas o acesso: a permanência, o percurso, a terminalidade, a certificação e o sucesso escolar também dos alunos com deficiência. Para isso, a escola tem que oferecer esses suportes que o aluno vai precisar para que ele possa aprender com e como os outros colegas. Para garantir esses suportes, é preciso que os órgãos públicos de educação, as Secretarias de Educação Estadual e municipal estejam comprometidas com a inclusão escolar, enquanto política pública, de forma que sejam implementadas condições básicas que facilitem o ingresso de alunos com necessidades educativas especiais na escola comum...” (2008,p.17) Mas a qualidade e o bem-estar dos alunos nem sempre convêm para o poder público, ao qual seria muito mais fácil adotar o método utilizado no passado – o isolamento –, afinal não geraria despesas aos cofres públicos com os investimentos adicionais para atender toda a diversidade encontrada nas escolas.

Vemos, portanto, que é necessário esse interesse e a ação do poder público para as adaptações de grande porte na Educação Inclusiva, mas também se faz necessária as adaptações de pequeno porte que cabem aos professores mesmo providenciar, ou seja: novas formas de ensinar, de avaliar, de acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, de se relacionar com as suas diferenças, de trabalhar de forma cooperativa, de buscar apoios e parcerias com instituições e com outros profissionais, etc.

Conforme diz Maria do Carmo Menicucci, “após a Constituição de 1988,

ocorreram vários avanços significativos na Educação Inclusiva, mas infelizmente só no papel, e não no âmbito de sua concretização". Ainda hoje existem várias crianças e adolescentes isolados nas suas casas, muitas vezes por que a escola não oferece a Educação adequada para a adaptação desse aluno, portanto, o Poder Público ainda é muito omisso em relação ao pleno exercício da cidadania dos portadores de necessidades especiais.

É importante ressaltar também que precisamos lutar para que essas leis sejam respeitadas e, para isso, é importante transpor os desafios para sua implementação, e fazer com que todos os cidadãos conheçam seus direitos legalmente fundamentados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, faz-se necessária uma reflexão quanto às propostas pedagógicas frente ao processo de Inclusão, ao trabalho docente e sua eficácia. Afinal, o procedimento adotado pelas escolas tem se mostrado falho e não tem garantido a "educação para todos".

De maneira bastante evidente, observamos que, ao mesmo tempo em que falta um preparo, há também a falta de interesse de alguns profissionais, e há também falta de políticas públicas eficazes com uma real preocupação quanto ao atendimento à diversidade social. Sendo assim, não é possível pensar em escolas inclusivas sem considerar a diversidade existente entre os educandos.

É preciso medidas de flexibilização e dinamização que favoreçam o atendimento às necessidades educacionais apresentadas pelos alunos, sejam elas quais forem.

Nota-se que, apesar das escolas ainda não estarem devidamente preparadas para acompanhar o aluno com deficiência, os professores já trabalham com empenho para que tais alunos sejam de tal forma incluídos na rotina da escola. Por si só, isso pode não facilitar o acompanhamento pedagógico do aluno no mesmo nível, mas ao menos melhora a convivência dos alunos dentro do grupo.

Podemos notar que a quantidade de literatura sobre o tema também influencia positivamente no trato diário com os alunos considerados com deficiência. Ainda nos casos onde ocorre regressão das características pedagógicas, o trabalho se mantém intenso e focado, trazendo posteriormente um resultado notadamente positivo.

Ressalta-se que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados de forma satisfatória e que o problema apresentado foi resolvido com a pesquisa bibliográfica qualitativa apresentada.

Concluímos que apesar das poucas experiências comprovadas, a bibliografia sobre o tema auxilia sobremaneira aos professores na condução do processo de inclusão dos alunos com autismo no universo pedagógico determinado.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. D. F. (2000) inclusão social e municipalização. in Manzini e, j. educação especial: temais atuais. Unesp. Marilia publicações. 2000

ASSUNPÇÃO, F.B. Jr. Transtornos